



TRABALHO PEDAGÓGICO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: IMPLICAÇÕES E POSSIBILIDADES COM BASE EM ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS¹

Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann
Liliana Soares Ferreira
João Francisco Magno Ribas

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a reestruturação do trabalho pedagógico da Educação Física Escolar pela perspectiva da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Física e das Diretrizes Curriculares Nacionais. A abordagem metodológica qualitativa teve como tipo de pesquisa a Análise de Discurso. Os trechos analisados indicam a precarização da Educação Física Escolar, manifestada através da intensificação e da reestruturação do trabalho pedagógico. No atual contexto econômico, político e social, os professores de Educação Física necessitam superar o entendimento de trabalho como produção de mercadoria e aprofundar a compreensão fundamentada na produção social da atividade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho de professores; Educação Física Escolar; Reestruturação do trabalho pedagógico²; Intensificação do trabalho pedagógico.

ARTICULAÇÕES INICIAIS: O TRABALHO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Forças produtivas e relações de produção são os dois aspectos do processo pelo qual os seres humanos produzem e reproduzem suas condições de vida (BENSAÏD, 2007, p. 04).

Para Marx; Engels (1984), o ato mais natural dos sujeitos é a transformação da natureza, ou seja, o ato do trabalho. Mais especificamente, em "O Capital", Marx (1996) descreve que o trabalho é um intercâmbio entre o ser humano e a natureza, a fim de produzir bens materiais para a sua existência. Ao interagir de forma intencional com a natureza, o ser

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

² Entende-se por trabalho pedagógico “ todo o trabalho, cujas bases estejam, de alguma forma, relacionadas à Pedagogia, evidenciando, portanto, métodos, técnicas, avaliação intencionalmente planejadas e tendo em vista o alcance de objetivos relativos à produção de conhecimentos. [...]Por esses motivos, não é um trabalho simples, pois, mais do que saberes, exige interação com outros sujeitos, possibilidade de linguagens em interlocução e conciliação entre a proposta e um referencial teórico-metodológico. [...]Em suma, trabalho pedagógico é a produção do conhecimento, mediante crenças e aportes teórico-metodológicos escolhidos pelos sujeitos, que acontece em contextos sociais e políticos os quais contribuem direta ou indiretamente. Diretamente, porque perpassam o trabalho pedagógico. Indiretamente, quando não são explícitos, todavia, todo trabalho pedagógico é intencional, político e, de algum modo, revela as relações de poderes que nele interferem. (FERREIRA, 2010)

humano produz uma nova realidade, diferente daquela natural, denominada realidade social. Com isso, o transforma a natureza e a si mesmo (TONET, 2012). Por isso, se pode afirmar:

O trabalho não significa somente uma ação humana. É muito mais que isto. É um ser humano, com suas condições físicas, químicas, biológicas, psicológicas e sociais que realiza um intercâmbio com a natureza, transformando-a e sendo transformado por ela, gerando a cultura. O trabalho, portanto, que é elemento fundante do ser social, vai adquirindo ao longo da história, características, mantendo, no entanto, o que lhe é imanente (TAFFAREL, 2010, p. 20-21).

Nessa perspectiva, o trabalho de professores, que é uma especificidade em meio à categoria mais ampla “trabalho”, precisa ser compreendido como uma ação cuja produção vai além dos bens de consumo e transforma a realidade social. O social, o profissional e tantos outros elementos constituem o trabalho "de" professores. Cabe salientar, no decorrer do artigo, que a referência será ao trabalho "de" professores, que abarca as condições de profissionalização decorrentes da transformação da realidade (social).

Partindo desse enfoque, o artigo aborda os principais elementos das políticas educacionais - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais e como esses se propõem a interferir e influenciar no trabalho de professores de Educação Física, conforme consta nesses textos. Também, discute o mundo do trabalho, as manifestações do trabalho de professores no contexto capitalista, a salientar a intensificação e a precarização. Todas essas articulações com o intuito de relacionar as implicações da base legal de organização da Educação Física e o trabalho de seus professores.

A Educação Física surge de necessidades sociais concretas que, em diferentes momentos históricos, produz entendimentos acerca dessa área de conhecimento, correspondendo aos interesses da classe social hegemônica em um determinado período histórico, com definições nos âmbitos política, intelectual e moral da sociedade. Com isso, a Educação Física como prática social reflete as relações de classe da sociedade em que está inserida (BARBOSA; BARBOSA, 2012).

Por esse caminho, este artigo tem como objetivo analisar a reestruturação do trabalho pedagógico da Educação Física pela ótica das principais políticas educacionais vigentes.

ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Desde a primeira LDB promulgada em 1961, a Educação Física já era considerada obrigatória nos cursos de grau primário e médio até a idade de 18 anos. A abordagem da

época tinha como foco "a capacitação (preparação) física dos jovens para o ingresso no mercado de trabalho de forma produtiva" (DARIDO, RANGEL, 2005, p. 55). Essa condição também é comentada por Castellani Filho (1994), para o qual a preocupação do Estado com o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho, tinha como objetivo preparar uma mão-de-obra saudável e resistente para uma atuação eficaz no ambiente fabril.

Tal tendência em associar a saúde corporal ao mercado de trabalho contribuiu para que, na reforma educacional seguinte, que resultou na LDB 5692, de 1971, ocorresse a ampliação da obrigatoriedade da Educação Física para todos os níveis de escolarização, sendo facultada nas seguintes situações indicadas por Darido; Rangel (2005): "estudar em período noturno e trabalhar mais de 6 horas diárias; ter mais de 30 anos de idade; estar prestando serviço militar; estar fisicamente incapacitado (p.55). Nessa perspectiva, o relato das autoras indica que as "opções de facultabilidade reforçavam as intenções do governo da época de que a Educação Física fosse apenas um instrumento de preparação do trabalhador" (DARIDO; RANGEL, 2005, p.55).

Esses enfoques se ampliaram a partir da década de 1970, quando iniciaram no meio acadêmico, as primeiras tentativas de associar múltiplos ramos do saber à Educação Física (BARBOSA; BARBOSA, 2010). Então, na década de 1980, a Educação Física passa pela transição de um caráter meramente tecnicista, esportivo e militar, para a inserção das teorias psicológicas. Com o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998) algumas abordagens pedagógicas apareceram para se opor a esse modelo: psicomotora, construtivista, desenvolvimentista e críticas³, que se originaram de correntes e concepções psicológicas, sociológicas e filosóficas (BRASIL, 1998).

A reformulação das concepções acontece em detrimento da necessidade de operacionalização da LDB 9394/96. De acordo com Beltrami (2012), com os PCNs, tornou-se possível a flexibilização curricular dos conteúdos. Com isso, passa a se constituir um referencial de "qualidade" da educação.

³ A Abordagem Psicomotora fundamenta-se na Psicomotricidade, visando o desenvolvimento integral da criança, através dos aspectos biológicos e psicológicos. Na abordagem Construtivista, a construção do conhecimento parte da interação do sujeito com o mundo, que encaminhe uma ação sobre o mundo. Por sua vez, a abordagem desenvolvimentista é dirigida para a faixa etária dos 4 aos 14 anos. Objetiva caracterizar a progressão normal do crescimento físico, do desenvolvimento motor, fisiológico, cognitivo e afetivo-social na aprendizagem motora. Já as Abordagens Críticas surgem a partir da década de 1980 e rompem com o modelo hegemônico de esporte, através da proposição de um referencial fundamentado no materialismo crítico e dialético (BRASIL, 1998; DARIDO; RANGEL, 2005).

Para Dourado; Oliveira; Santos (2007), a qualidade da escola implica na existência de “insumos indispensáveis”, de condições de trabalho e de pessoal valorizado, assim como a construção de um processo educativo a ser definido em consonância com as políticas e gestão da educação, por meio da busca de parâmetros analíticos e de oferta de uma educação inicial, obrigatória, e secundária de qualidade na região.

Por esse contexto, no ano de 2001, foi aprovada a inserção no §3º do Art. 26 da LDB 93943/96 da expressão "obrigatório" após "componente curricular". Ainda assim, a condição de obrigatoriedade não garantiu a sua vigência em todas as etapas da Educação Básica (DARIDO; RANGEL, 2005). Cabe comentar que a garantia da vigência está significativamente associada ao trabalho dos professores. Segundo Beltrami (2012), os conteúdos dos PCNs levantam críticas à atuação dos professores de Educação Física nas suas práticas escolares, tendo em vista o empobrecimento de seu trabalho. De certa forma, as críticas se aproximam da argumentação de Castellani Filho (1998), para o qual ainda prevalece a visão hegemônica de uma Educação Física acoplada ao rendimento físico/esportivo. O autor complementa:

[...] malgrado as mudanças havidas na organização social do trabalho em nossa sociedade, motivadas - dentre outras razões - pelo processo de automação da força de trabalho que levou à secundarização da busca do corpo produtivo e ao deslocamento do foco das atenções sobre o corpo, do momento de produção para o de consumo, matizando, dessa forma, os corpos mercador/ mercadoria e consumidor (CASTELLANI FILHO, 1998, p. 42).

Por muito tempo, a Educação Física contribui para qualificar a força de trabalho. Sua condição esteve pouco associada a condições de emancipação, uma vez que a produção de “corpos fortes” servia aos interesses da maximização das forças produtivas do mercado de trabalho⁴.

Diferente disso, para Marx (2010, p. 218), o sentido de “trabalho” diferencia-se do “trabalho” proposto na sociedade capitalista. Marx preocupa-se com a “humanização” do trabalhador, contrapondo-se às demandas do capitalismo que exige trabalhadores “alienados”, competentes e hábeis para auxiliar na necessária e contínua retroalimentação do capital, ou seja, há a exploração intensa da força de trabalho humana pela sociedade capitalista.

⁴ Essa condição remete-se às Concepções Higienista e Militarista da Educação Física. Conforme Ghiraldelli (1988), a Educação Física Higienista (do final do século XIX até 1930) se comprometia em "disciplinar hábitos nas pessoas no sentido de afastá-las de práticas capazes de provocar a deterioração da saúde e da moral, o que comprometeria a vida coletiva" (p.17). Já a Educação Física Militarista (1930 - 1945) teve como objetivo "selecionar elites condutoras", capazes de distribuir homens e mulheres nas atividades sociais e profissionais. O papel da Educação Física é a "seleção natural", eliminando os fracos e premiando os fortes, no sentido da depuração da raça" (p.18).

Sendo assim, é perceptível que o enfoque dado à Educação Física Escolar, através das políticas educacionais, direciona-se para reformas que legitimam o sistema social dominante, pois as adequações ao mercado de trabalho (capitalista) prevalecem sobre a formação de sujeitos emancipados, que compreendam e desenvolvam o sentido vital do trabalho. É o que abordaremos a seguir.

O MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E O TRABALHO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A partir da década de 1980, ocorreram os primeiros impulsos do nosso processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotar, no início de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, bem como novas formas de organização social do trabalho (ANTUNES, 2012).

O mesmo autor segue comentando que "no estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho" (p.47). Nesta concepção, o trabalho incorpora não somente os trabalhadores manuais diretos, mas a totalidade do trabalho social, do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Esta situação, para Antunes (2007), está relacionada com a concepção ampliada do trabalho. Para o autor, engloba os trabalhadores produtivos e improdutivo, ligados direta ou indiretamente ao processo de mais-valia. "A classe trabalhadora hoje incorpora tanto os trabalhadores materiais como aqueles e aquelas que exercem trabalho imaterial, predominantemente intelectual" (2007, p.21). O autor, então, para marcar essa diferenciação, denomina a classe trabalhadora de "classe-que-vive-do-trabalho". Nessa caracterização, relacionada com a produção de trabalho imaterial, se encontram os professores, cuja força de trabalho é predominantemente intelectual.

Na Educação Física, além das dificuldades teóricas enfrentadas, também é grande a multiplicidade dos papéis que os professores exercem, principalmente no contexto das escolas. Para Oliveira (2004), os professores, diante das variadas funções que a escola pública assume, têm que responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que produzir conhecimento, às vezes, não é o mais importante.

É possível aproximar do campo educativo as observações de Antunes (2012), segundo o qual a força de trabalho “qualificada” é polivalente, multifuncional, entretanto, com salários muito inferiores àqueles alcançados pelos trabalhadores das economias avançadas, além de regida por direitos sociais amplamente flexibilizados

Esse aspecto também se relaciona com o pouco valor atribuído à força de trabalho de professores. Segundo Marx (2006) força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. A atribuição de valor à força de trabalho, a transformou em mercadoria. E esse valor não é aleatório, pois está fundamentado em uma média social que é calculada por órgãos econômicos e resulta no salário. Na abordagem marxista, ao receber o salário, o trabalhador abre mão do direito sobre o produto final de seu trabalho. O capitalismo, como detentor dos meios de produção, passa a interferir no valor dado a esse produto. Segundo Saviani (2005), enquanto na fábrica o produto surge ao final do processo, a mercadoria produzida pelo professor é consumida já no ato de produção.

Ao mesmo tempo, a crescente redução do valor precariza as condições do trabalho de professores. Uma das situações mais frequentes nas escolas é o aumento de atribuições, situação que implica tanto na intensificação quanto na reestruturação do trabalho pedagógico.

A intensificação, em termos gerais, “representa uma das formas tangíveis pelas quais os privilégios de trabalho dos (as) trabalhadores(as) educacionais são degradados” (APPLE, 1995, p.39). A fim de complementar este conceito, cita Oliveira (2004): com a crescente demanda de novas atribuições, os trabalhadores intelectuais são tomados por subjetividades decorrentes do excesso de trabalho.

Entre os principais meios de intensificação do trabalho docente estão as reformas educacionais que se tornam mecanismos de regulação social, tendo como principal eixo a educação para a equidade social (OLIVEIRA, 2004). As políticas educacionais para a educação básica no Brasil, desde a década de 1990, trazem formas de controle e intensificação do trabalho docente que influenciam as subjetividades e as emoções (HARGREAVES, 1998).

Outra abordagem bastante frequente nos contextos educacionais, que reflete o conceito de eficácia e eficiência, é a valorização das competências e habilidades. Como relata Ferreira (2011), "é atrelado ao modelo flexível de produção e a qualificação ao seu antecessor, o modelo taylorista-fordista, de produção em série" (2011, p.122). Como segue comentando a autora "o desenvolvimento de competências logo se tornam práticas generalizadas na educação brasileira" (FERREIRA, 2011, p.122).

Todos os motivos citados culminam no que Garcia; Anadon (2009) comentam: as

reformas da educação básica sobrecarregam os professores. A combinação de diversos fatores presentes na gestão e organização do trabalho escolar requerem maior envolvimento e responsabilização dos professores e da comunidade.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE DISCURSIVA

No contexto deste estudo que trata do trabalho dos professores de Educação Física, foi necessário observar, nos textos das políticas públicas, as situações descritas e as prescrições que remetaram aos elementos que constituam esse profissional, fundamentando-se nos pressupostos da pesquisa.

Ao assumir a análise discursiva para a realização dessa pesquisa, a mesma passa a possuir características próprias. Procura-se compreender a língua fazendo sentido, como trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. "O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 2007, p.15)".

Seguindo esta perspectiva, a análise considerou alguns recortes da formação discursiva presente nas políticas educacionais vigentes que indicam a reestruturação do trabalho pedagógico na Educação Física Escolar. Entende-se formação discursiva como "aquilo que em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito" (ORLANDI, 2007, p.43). Para a autora, as formações discursivas representam em seu discurso, formações ideológicas. Para essa observação, conforme Pêcheux (1975) citado por Orlandi (2007) é preciso perceber o sentido presente nas palavras. Elas não são literais, carregam consigo elementos que explicitam condições históricas e relações. Reportando-se novamente a Orlandi (2007), o sentido das palavras possibilita a leitura da realidade em sua perspectiva ideológica.

Sendo assim, em cada uma das legislações educacionais analisadas, foram selecionados trechos vinculados com o trabalho de professores de Educação Física. Através da seleção, foi possível observar a alternância e a consonância dos diversos elementos relacionados, presentes nos referidos documentos oficiais. Também, foi considerada a pertinência dos significados presentes nos trechos selecionados em uma ou nas três legislações educacionais pesquisadas.

Tais encaminhamentos possibilitaram a compreensão tanto dos aspectos ditos, registrados nos textos das legislações, quanto buscaram elucidar as entrelinhas, que da mesma forma, influenciam o pensar e o agir dos sujeitos sobre o trabalho de professores de Educação Física. Nesse sentido, a análise dos discursos presentes nas legislações educacionais torna-se um espaço para argumentar sobre a influência dos possíveis sentidos que determinadas

formações discursivas apresentam na reestruturação do trabalho pedagógico de professores.

Portanto, esta abordagem metodológica ao mesmo tempo em que é um meio para a compreensão dos fenômenos educacionais relacionados com o trabalho de professores, proporciona o entendimento sobre o contexto bastante defasado pela ordem social da atualidade e suas sutilezas, contribuindo para o debate sobre o contexto político, econômico, social e sua implicação na Educação Física Escolar.

A REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

As análises partem de considerações legais, nas quais são observadas formações discursivas referentes ao trabalho de professores de Educação Física encontradas na LDB 9394/96, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Cabe retomar que Marx (1984) contribui com a compreensão de mundo do trabalho, que considera a produção do sujeito para constituir a sua existência.

A intensa burocratização e a crescente racionalização do ensino decorrentes de uma gestão neoliberal definem as prioridades do trabalho de professores em função do mercado. Sendo assim, a partir do trabalho de professores e a Educação Física Escolar serão compreendidas e retomadas formações discursivas presentes nos principais itens da LDB 9394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais e PCNs, fundamentados pelas produções científicas da área.

Em termos da LDB 9394/96, o §3º do Art. 26 faz referência à Educação Física como: "integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos" (BRASIL, 1997, p.17). A mesma Lei apresenta situações a serem consideradas: a primeira voltada à "obrigatoriedade" do ensino da Educação Física, presente em "integrada à proposta pedagógica da escola". Até então, o caráter legal da Educação Física escolar era de um componente curricular complementar.

A segunda situação demonstra que ao estabelecer etapas de ensino a serem contempladas com a Educação Física, restringe o campo de atuação dos professores, pois a torna facultativa nos cursos noturnos e não assegura a inserção do profissional em segmentos como os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a Educação Infantil. Sem a obrigatoriedade que a LDB 5692/71 assegurava para os cursos noturnos, a condição facultativa colabora para a redução de custos do ensino privado. No ensino público, a Lei justifica a exclusão pela precariedade com que a Educação Física era ministrada nos referidos cursos.

Já a terceira situação está relacionada com a ausência de previsão de carga horária e número de aulas. Nessas condições, a organização das aulas pode tanto aumentar quando diminuir seguindo as necessidades da escola ou as recomendações de cada esfera de ensino. Segundo Brasil (1998), os PCNs selecionam práticas da cultura corporal de movimento que se estreitam com as características da sociedade brasileira, com fins de interação sócio-cultural, o usufruto das possibilidades de lazer, a promoção da saúde pessoal e coletiva.

A "cultura corporal de movimento" é um elemento significativo dos Parâmetros, pois propicia que as aulas de Educação Física não se limitem à performance e avancem para a solução de problemas e a leitura crítica da realidade social através do movimento. A abordagem da "cultura corporal de movimento" pode ser estratégica dependendo da abordagem pedagógica do professor. Segundo Mainardes (2009), a análise de políticas demanda levar em consideração uma multiplicidade de aspectos, tais como: a estrutura social; o contexto econômico, político e social; as forças políticas; e a rede de influências que atuam no processo de formulação de políticas e de tomada de decisões nas diferentes esferas. Os educadores tem a capacidade estratégica para resgatarem conhecimentos e interesses, conquistando novas perspectivas para as políticas educacionais.

Também as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica indicam que:

Os componentes curriculares ligados à Educação Artística e Educação Física são espaços oportunos, associados ao caráter multidisciplinar dos componentes curriculares, para se trabalhar a desinibição, a baixa auto-estima, a consciência corporal e o cultivo da socialidade (BRASIL, 2000, p. 158).

Nesse discurso, apresenta-se a formação discursiva "cultivo da socialidade". A definição da expressão "socialidade" demonstra novas condições para o trabalho de professores. Conforme apresentam as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, "socialidade, prática social importante nas unidades educacionais, pode ter, nos momentos de intervalo, uma ocasião oportuna de cultivo e desenvolvimento" (BRASIL, 2000, p. 158).

Com essa perspectiva, a Educação Física e conseqüentemente o trabalho de professores segue nos caminhos da socialização, que não caracterizam o objeto de estudo da área de conhecimento/ disciplina.

Muitas produções científicas voltadas para a Educação Física Escolar demonstram a incidência das "condições de trabalho" como formação discursiva relevante no contexto da reestruturação do trabalho pedagógico.

Em um estudo realizado na rede pública de Porto Alegre, mas pertinente à grande parte dos professores dessa disciplina, Santini; Molina Neto (2005) comentam o relato de

vários professores sobre o fato das aulas serem ministradas em espaço aberto, tornando a atividade sujeita a constantes avaliações de colegas, alunos, pais, gerando desconforto que em certos momentos influencia no desempenho das aulas.

Na análise dos espaços físicos e materiais nas escolas públicas da cidade de Florianópolis, Shigunov (2001), descreve que as mesmas apresentam locais e materiais para a disciplina de Educação Física, mas estes são insuficientes para a aprendizagem dos alunos.

Esses são alguns indícios que reforçam que as condições de trabalho são um dos mais significativos desafios para a realização do trabalho de professores de Educação Física. A escola e o próprio professor se esforçam em termos de valorização das ações educativas, porém são acompanhados pela precarização.

A desvalorização do magistério é o mais visível fruto dos ajustes estruturais do neoliberalismo e, no interior dessa desvalorização, a secundarização da Educação Física enquanto disciplina escolar (CASTELLANI FILHO, 1994).

Além do neoliberalismo, outros fatores podem influenciar a secundarização. Segundo Molina Neto (1997), a cultura escolar em Educação Física está fortemente marcada pelas práticas esportivas que o professor teve durante sua vida escolar como aluno. Essa situação também implica na precária constituição profissional, pois mais prevalece a reprodução de experiências do que a interação entre os contextos.

A maioria das formações discursivas apresentadas remete à tese de Marx citada por Frigotto (2005, p.63): “os homens fazem parte da história, mas não em uma condição escolhida por eles.” A verticalização das decisões compromete a “ação consciente do trabalho” expressão de Lukács retomada por Frigotto (2005).

Além de comprometer a condição vital do trabalho, para Antunes (2012), o processo de reestruturação produtiva do capital, flexibiliza os regimes de trabalho fragmentando ainda mais a “classe-que-vive-do-trabalho”, espaço no qual se encontram os professores.

As formações discursivas aqui apresentadas também se aproximam das considerações de Antunes (2012), pois o trabalho se torna cada vez mais reduzido, intensificado e mais explorado, gerador de trabalho precarizado.

As legislações educacionais possibilitam compreensões diversas, que comumente comprometem as condições do trabalho de professores. Por meio das interpretações legais, os professores de Educação Física, foco desse artigo, estão submetidos à redução dos espaços de atuação na Educação Básica. A valorização das características de instrumentalização técnica da Educação Física, juntamente com o status de componente curricular complementar são

alguns dos elementos que têm contribuído para a precarização da profissão.

Nesse sentido, é relevante citar Oliveira (2003), pois embora o sucesso da educação dependa do perfil do professor, a administração escolar não fornece os meios pedagógicos necessários à realização das tarefas, cada vez mais complexas. Ao mesmo tempo, as reformas educacionais tendem a retirar a autonomia dos professores, entendida como condição de participar da concepção e organização de seu trabalho.

As reformas educativas encaminham novos padrões de organização do escolar que exigem um novo perfil de trabalho de professores (OLIVEIRA, 2003). A reestruturação do trabalho pedagógico se observa na necessidade legal dos professores dominarem novas práticas e saberes no exercício de suas funções. Conforme a argumentação de Oliveira (2003), valores como autonomia, participação, democratização foram assimilados e reinterpretados por diferentes administrações públicas, substantivados em procedimentos normativos que modificaram substancialmente o trabalho escolar.

Por fim, apesar das condições de trabalho de professores de Educação Física estarem fundamentadas em uma lógica que legitima a precarização, manifestada através da intensificação e da reestruturação pedagógica, permanece a expectativa do resgate do “ser social” através do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as questões a serem retomadas neste fechamento provisório, está o espaço da Educação Física e do trabalho de seus professores. Observa-se que as legislações através de suas sutilezas, têm limitado a qualificação do trabalho que esses profissionais desenvolvem nas escolas. A perda da obrigatoriedade da Educação Física em etapas específicas do ensino, a falta de indicação da sua organização na escola em termos de tempo, são aspectos que encaminham tanto a reestruturação quanto à precarização do trabalho de professores.

É cada vez mais pertinente a necessidade do desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho de professores. A educação precisa ser repensada, no intento de ser promotora da melhoria social, proporcionando condições adequadas ao trabalho dos professores.

Os trabalhadores, compreendidos aqui como os professores de Educação Física necessitam compreender o significado fundamental trabalho. Não como entendimento legitimado da produção de mercadorias e sim como atividade de produção da sociabilidade humana.

PEDAGOGICAL WORK OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS: IMPLICATIONS AND POSSIBILITIES BASED ON ANALYSIS OF EDUCATIONAL POLICIES

ABSTRACT

This article aims to analyze the restructuration of the pedagogical work of the Scholar Physical Education from the perspective of Law of Directives and Bases of National Education 9394/96, the National Curriculum Parameters for Physical Education and the National Curriculum Directives. A qualitative methodological approach was to research the type of Discourse Analysis. The excerpts analyzed indicate the precarization of Physical Education, manifested through the intensification and restructuration of teaching work. In the actual economic, political and social context, the Physical Education teachers need to overcome the conception of the work as production of properties and deepen the understanding based in the social production of human activity.

KEYWORDS: *Work of teachers; Scholar Physical Education; Restructuration of pedagogical work; Intensification of pedagogical work.*

TRABAJO PEDAGÓGICO DEL PROFESORES DE EDUCACIÓN FÍSICA: IMPLICACIONES Y POSIBILIDADES BASADOS EN EL ANÁLISIS DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la reestructuración del trabajo pedagógico de la Educación Física Escolar por la perspectiva de la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional 9394/96, los Parámetros Curriculares Nacionales de la Educación Física y las Directrices Curriculares Nacionales. Un enfoque metodológico cualitativo fue investigar el tipo de análisis del discurso. Los extractos analizados indican la precarización de la Educación Física, que se manifiesta por la intensificación y reestructuración del trabajo pedagógico. En el actual contexto económico, político y social, los profesores de Educación Física tienen necesidad de superar la concepción del trabajo como la producción de bienes y profundizar la comprensión basada en la producción social de la actividad humana.

PALABRAS CLAVE: *Trabajo de profesores; Educación Física Escolar; Reestructuración del trabajo pedagógico; Intensificación del trabajo pedagógico.*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil - reestruturação e precaridade. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3859_1.pdf>. Acessado em dezembro de 2012.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G; FRANCO, T. (Orgs). A perda da razão social do trabalho - terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p.13 - 22.

APPLE, M.W. Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BARBOSA, S. de S. F.; BARBOSA, A. L. G. Políticas públicas na Educação Física escolar: uma análise histórica. Arquivos em Movimento. UFRJ. v.6, n.2. p. 135 - 161, 2010.

BENSAÏD, D. Um olhar sobre a história e sobre a luta de classes. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; Gonzalez A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas, Sabrina. 2007, p. 1-15.

BELTRAMI, D.V. Políticas educacionais e Educação Física: a equidade na Educação Física Escolar. Revista da Educação Física/ UEM. Maringá, v.1, n.1. p.149 – 156, 2000.

BRASIL. Resolução CNB/ CEB nº. 1 de 5 de julho de 2000. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a EJA. Disponível em : <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em 12 de agosto de 2000.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Lei Darcy Ribeiro) e legislação correlata. São Paulo: EDIPRO, 1997.

CASTELLANI FILHO, L. Política Educacional e Educação Física. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. Educação Física no Brasil: A história que não se conta. 4ª Ed. Campinas, SP - Papirus, 1994.

DARIDO, S.C.; RANGEL; I.C.A. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.de A. A qualidade da educação: conceitos e definições. Brasília: Inep/ MEC, 2007.

FERREIRA, L. S. O trabalho dos professores e o discurso sobre competências: questionando a qualificação, a empregabilidade e a formação. Currículo sem Fronteiras. v.11, n.2. p.120-133, 2011.

_____. Trabalho pedagógico. Belo Horizonte - MG: Faculdade de Educação UFMG, 2010 (Verbete no Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente).

FRIGOTTO, G. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D., SANFELICE, J.L. Capitalismo, trabalho e Educação. 3ª. Ed. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

GARCIA, M.M.A.; ANADON, S.B. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. Educação & Sociedade. Campinas. v. 30, n. 106, p. 63-85, 2009.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. Educação Física Progressista: a Pedagogia crítico- social dos conteúdos e a Educação Física brasileira. São Paulo: Loyola, 1988.

HARGREAVES, A. Os professores em tempos de mudança: o trabalho e a cultura na idade pós-moderna. Alfragide, Portugal: Editora McGraw- Hill, 1998.

MAINARDES, J. Análise das políticas educacionais: breves considerações teórico- metodológicas. Contrapontos. v.9, n.1, Itajaí, p. 04-16, 2009.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. O Capital. Livro I. Col. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOLINA NETO, V. A formação profissional em Educação Física e esportes. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Maringá. v. 19, n.1, p. 34 – 41, 1997.

OLIVEIRA, D.A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educação & Sociedade. Campinas. v. 25, n. 89. p. 1127-1144, 2004.

_____. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In _____. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Autêntica: Belo Horizonte, 2003, p. 13-35.

ORLANDI, E.P. Análise de discurso. Princípios e procedimentos. 7ª Ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio (1975). Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

SANTINI, J.; MOLINA NETO, V. A síndrome do esgotamento profissional em professores de Educação Física: um estudo na rede municipal de ensino de Porto Alegre. Revista Brasileira de Educação Física Especial. São Paulo, v.19, n.3., p.209 –222, 2005.

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações. 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SHIGUNOV, V; SHIGUNOV NETO, A. (Org.) A formação profissional e a prática pedagógica: ênfase nos professores de Educação Física. Londrina: O Autor. p. 19 – 53, 2001.

TAFFAREL, C. N. Z. Prática Pedagógica e produção do conhecimento na formação profissional na área de Educação Física e esporte no nordeste do Brasil: um estudo a partir da avaliação institucional na UFPE [online]. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/pratica_pedagogica.asp>. Acessado em: 17 de abr. 2005.

TONET, I. Marxismo e Educação. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/MARXISMO_E_EDUCACAO.pdf>. Acessado em dezembro de 2012.